



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DOS SISTEMAS AUDIOVISUAIS, BEM COMO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE CABEAMENTO DE VOZ DO COMPLEXO PREDIAL DESTA E. TRIBUNAL, COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA

Processo Adm. Digital nº TRF2-EOF-2018/00254

**O Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal André Fontes**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, email: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) \_\_\_\_\_, **Sr(a).** \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2018/00254, em consequência do Pregão Eletrônico nº 115/2018, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018, através do despacho nº TRF2-DES-2018/\_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato, *visando prestação de serviços técnicos especializados em instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem com da infraestrutura da rede de cabeamento de voz do complexo predial deste E. Tribunal, com alocação de mão de obra*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/0110, de 15/03/2017, deste Tribunal, mediante as seguintes cláusulas e condições:



## **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços técnicos especializados em instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de voz deste E. Tribunal e seus Anexos, com alocação de mão de obra especializada, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 115/2018 e seus Anexos I a VIII e na forma estabelecida no presente Contrato.

### **1.1.1 – Locais de execução:**

1.1.1.1 - Rua do Acre, nº 80, Centro/RJ (Prédio Sede);

1.1.1.2 – Rua Beneditinos, nº 24, Centro/RJ (Anexo);

1.1.1.3 - Dom Gerardo, nº 46, Centro/RJ (Anexo);

1.1.1.4 - Rua Visconde de Inhaúma nº 68, Centro/RJ (Anexo);

1.1.1.5 – Rua Rio Branco, nº 241, Centro/RJ (Anexo);

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS:**

2.1 - Os serviços objeto do presente Contrato atenderão às necessidades de 06 (*seis*) setores distintos do Contratante, conforme elencado a seguir:

2.1.1 - Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial (AREP);

2.1.2 - Assessoria de Comunicação Institucional (ACOI);

2.1.3 - Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF);

2.1.4 - Divisão de Educação Corporativa (DIVEC);

2.1.5 - Núcleo de Recursos Fonográficos (NUREF);

2.1.6 - Seção de Manutenção de Telecomunicações (SECTEL).

2.2 – Os gestores do presente Contrato serão designados, conforme estabelecido na Cláusula Décima Quarta, dentre os servidores lotados nos setores discriminados nos subitens 2.1.1 a 2.1.6 desta Cláusula.

2.3 – A Seção de Manutenção de Telecomunicações (SECTEL) será responsável pelo gerenciamento junto à Contratada da mão de obra disponibilizada, a fim de atender às necessidades dos setores do Contratante elencados nos subitens 2.1.1 a 2.1.6.

### **2.4 – Dos equipamentos a serem mantidos:**

2.4.1 - Descritos detalhadamente nos itens 2.4 a 2.9 do Anexo I constante do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 115/2018.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

### **3.1 – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:**

#### **3.1.1 – Do sistema de som ambiente e avisos e do auditório:**

3.1.1.1 – Deverá ser executada uma vistoria inicial no sistema de sonorização e equipamentos da central de sonorização ambiente, cabendo à Contratada elaboração de relatório e parecer minucioso, informando sobre possíveis irregularidades encontradas e a devida solução para o problema. O prazo de execução da vistoria e entrega do relatório é de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.1.1.2 - A vistoria deverá ser repetida mensalmente, com elaboração de relatório e parecer mensal, a ser entregue junto com o documento fiscal, n



qual deverá constar a condição dos equipamentos e das instalações, incluindo todos os microfones do sistema de avisos, sonofletores e potenciômetros instalados no complexo predial do Contratante, qualquer irregularidade existente, e ainda sugestões para a melhoria do sistema;

3.1.1.3 - A não realização da vistoria e/ou entrega do relatório formal, mencionadas no subitem anterior, será condição de óbice ao pagamento do respectivo documento fiscal.

3.1.2 – Do sistema de som do Plenário e das Salas de Sessões das Turmas:

3.1.2.1 - Deverá ser executada vistoria inicial em todo o sistema, a ser realizada na primeira sexta-feira útil subsequente à data de assinatura do Contrato, bem como semanalmente, todas às sextas-feiras, salvo se não houver expediente no Contratante, hipótese em que a manutenção preventiva deverá ser feita no dia anterior imediato, a fim de garantir melhor desempenho dos sistemas durante a semana subsequente, sem interferir nas atividades desempenhadas nas dependências do Contratante;

3.1.2.2 - Deverá ser apresentado relatório e parecer técnico mensal, que será entregue juntamente com o documento fiscal, no qual deverão constar as condições gerais dos equipamentos e das instalações, qualquer irregularidade existente, e ainda sugestões para a melhoria do sistema, sob pena de suspensão do pagamento.

3.1.3 – Dos equipamentos sob o controle técnico operacional da AREP e da EMARF:

3.1.3.1 - Deverá ser executada inicialmente vistoria e testes em todos os equipamentos, sendo imediatamente relatada qualquer anormalidade. O prazo para realização da vistoria e entrega do relatório e parecer é de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.1.3.2 – A manutenção preventiva deverá ser executada mensalmente ou por ocasião da realização de eventos.

3.1.4 – Dos equipamentos que compõem o sistema das Salas de Treinamento:

3.1.4.1 – Deverá ser executada vistoria inicial e testes em todos os equipamentos, bem como elaborado relatório informando qualquer anormalidade. O prazo para realização da vistoria e entrega do relatório e parecer é de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.1.4.2 – A manutenção preventiva deverá ser executada mensalmente ou por ocasião da utilização dos locais.

3.2 – DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA DOS SERVIÇOS:

3.2.1 – Das condições gerais:



3.2.1.1 - A jornada de trabalho dos profissionais residentes nas dependências do Contratante deverá ser de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas, sempre com intervalo de 01 (*uma*) hora destinada à alimentação, perfazendo 08 (*oito*) horas diárias. O horário de trabalho poderá ser alterado em função da necessidade de serviço nas dependências do Contratante ou quando houver serviços externos, como filmagens e eventos;

3.2.1.2 - A Contratada deverá disponibilizar mecanismo próprio para controle de frequência e carga horária, onde deverão constar dados completos dos empregados residentes e da Contratada, e ainda assinatura dos profissionais;

3.2.1.3 - Observada a legislação pertinente e a convenção coletiva em vigor, deverá ser adotado preferencialmente o SISTEMA DE BANCO DE HORAS para compensar serviços extraordinários, solicitados pelo Contratante, previamente autorizados pela Contratada.

3.2.2 – Das atividades:

3.2.2.1 - O Núcleo de Recursos Fonográficos (NUREF) é o setor responsável pela operação e gerenciamento dos recursos audiovisuais em uso no Plenário e Salas de Sessão do Contratante;

3.2.2.2 – A Seção de Manutenção de Telecomunicações do Núcleo de Manutenção Predial (SECTEL/NUMAN) é o setor responsável pelo gerenciamento da infraestrutura de cabamentos de voz em uso no Contratante, seus Anexos e logradouros situados nas Ruas Dom Gerardo, Beneditinos, Visconde de Inhaúma, e Avenida Rio Branco, devendo os profissionais Emendador Linha Telefônica executar os serviços conforme demanda, em menor tempo possível, tendo em vista a essencialidade dos mesmos, bem como pela operação e manutenção do sistema de sonorização ambiente e aviso e ainda pela manutenção dos equipamentos sob controle técnico operacional da AREP, ACOI, EMARF e das Salas de Treinamento da DIVEC;

3.2.2.3 - Ocorrendo vários eventos simultâneos, que ultrapassem o limite de atendimento dos profissionais residentes, o Encarregado preposto deverá solicitar à Contratada envio de profissional extra, para suprir a necessidade existente, sem ônus adicional para o Contratante;

3.2.2.4 - O Contratante fornecerá todas as ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços de cabeamento, exceto o equipamento necessário para certificação de rede que deverá ser providenciado pela Contratada;

3.2.2.5 - Caso seja necessária a recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da fiação, ficará a cargo da Contratada a desmontagem e posterior recolocação da fiação, bem como a fixação das caixas de som, caixas de passagem e demais materiais;

3.2.2.6 - Quaisquer serviços de reparo e/ou remanejamento de fiação deverão ser executados sem interferir nas atividades normais do Contratante, podendo inclusive, mediante prévio agendamento, serem executados fora de se



horário de expediente ou em finais de semana e feriados observado o disposto no subitem 3.2.1.3;

3.2.2.7 - Em serviços externos, somente as despesas de locomoção, se existirem, serão de responsabilidade do Contratante;

a) Os eventos em localidades fora do município do Rio de Janeiro e dentro do Estado do Rio de Janeiro, se ocorrerem, estarão limitados a 06 (*seis*) por ano e sua duração será de, no máximo, 05 (*cinco*) dias.

3.2.2.8 - Os profissionais da área audiovisual deverão realizar, 01 (*uma*) hora antes do início de cada evento, testes nos equipamentos, com o objetivo de evitar qualquer distúrbio no decorrer dos serviços, bem como permanecer no local durante todo o evento até o seu encerramento, e responsabilizar-se pela resolução de quaisquer problemas técnicos que porventura ocorram;

3.2.2.9 - Deverá ser executado teste do sistema, no mínimo, 05 (*cinco*) dias úteis, antes de cada evento ou solenidade;

3.2.2.10 - Na data do evento ou solenidade, todo o sistema deverá ser ligado com antecedência mínima de 02 (*duas*) horas;

3.2.2.11 - Caberá à Contratada reparar qualquer falha em equipamentos do sistema audiovisual detectados durante manutenção preventiva ou testes de funcionamento, providenciando a substituição de equipamento defeituoso por *backup* próprio até o devido reparo, caso este não possa ser procedido até a data do evento;

3.2.2.12 - Caso seja necessária, a recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da rede de cabeamento, ficará a cargo da Contratada, por meio do Encarregado e dos profissionais de rede residentes.

### 3.3 – DA EXECUÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

3.3.1 - A Contratada deverá possuir laboratório, devidamente montado, de forma a torná-la apta a reparar qualquer defeito, seja de que tipo for, que porventura ocorrer nos equipamentos que compõem os sistemas, descritos Cláusula Segunda deste Contrato, e que não possam ser realizados nas dependências do Contratante;

3.3.2 - A Contratada deverá reparar imediatamente, quando solicitado pelo Contratante, todo o equipamento, discriminado na Cláusula Segunda deste Contrato, que porventura apresentar defeito. Os equipamentos que venham a ser retirados das dependências do Contratante para conserto na sede da Contratada deverão ser devolvidos, no máximo, em 30 (*trinta*) dias úteis;

3.3.2.1 - Quando o equipamento retirado para manutenção comprometer funcionamento do sistema, a Contratada deverá providenciar a substituição imediata do equipamento por outro similar, até que seja restituído defeituoso devidamente mantido.

3.3.3 - A Contratada deverá providenciar a recuperação dos equipamento discriminados na Cláusula Segunda deste Contrato, sem ônus adicional para o Contratante com o fornecimento das peças necessárias ao perfeito funcionamento dos mesmos;

3.3.3.1 - Quanto o custo for superior a 50% (*cinquenta por cento*) do valor d equipamento, fato devidamente comprovado mediante a apresentação de 0



(três) laudos técnicos de empresas idôneas do ramo, o reparo tornar-se-á antieconômico, sendo dispensável, neste caso, sua realização;

3.3.3.2 – Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, a Contratada deverá manter *backup* até que o Contratante providencie a aquisição de equipamento substituto;

3.3.3.3 - Quando, em função de descontinuidade, não for possível efetuar o reparo do equipamento por falta de peças de reposição no mercado, a Contratada restituirá o equipamento sem manter ao Contratante, acompanhado do devido laudo técnico.

3.3.4 - Os consertos que envolverem somente mão de obra deverão ser realizados, preferencialmente, na sede do Contratante;

3.3.5 - Quando solicitado pelos setores competentes, caberá à Contratada elaborar especificação técnica completa de componentes e materiais, que serão adquiridos pelo Contratante para manutenção dos sistemas;

3.3.6 - A Contratada deverá encaminhar à sede do Contratante, mediante comunicação formal, os empregados que atuarão como folguistas, para serem treinados pelos profissionais residentes dos serviços prestados de forma a não prejudicar o funcionamento dos sistemas mantidos;

3.3.6.1 - Os folguistas, mencionados no subitem anterior, deverão possuir a mesma formação e experiência dos titulares a serem substituídos, seja qual for o motivo.

3.3.7 - Em caso de falta, não comunicada previamente ou atrasos superiores a 01 (uma) hora, a Contratada deverá providenciar a substituição do empregado em, no máximo, 02 (duas) horas após a comunicação;

3.3.7.1 – Caso não ocorra a substituição, a Contratada, além de ficar sujeita às sanções previstas na Cláusula Décima Primeira do Contrato, deverá providenciar o devido desconto no respectivo documento fiscal, com base no valor referente ao profissional ausente constante da planilha de formação de preços.

3.3.8 - A Contratada deverá estar apta a elucidar qualquer defeito, seja de que tipo for, que porventura venha a ocorrer, inclusive os que envolvam alteração do projeto inicial;

3.3.9 - As despesas decorrentes da aquisição e utilização de materiais de consumo serão de responsabilidade do Contratante;

3.3.9.1 - Entende-se por material de consumo, todo aquele que a Contratada fizer uso para realizar as devidas manutenções como solda, pequena quantidades de fios, parafusos e semelhantes, fitas isolantes etc.

3.3.10 - A Contratada deverá supervisionar a instalação de materiais componentes, fornecidos por terceiros, que porventura venham a integrar os sistemas informando ao Contratante qualquer irregularidade ou fato relevante.

#### **4 – CLÁUSULA QUARTA: DO EFETIVO MÍNIMO E DAS ATRIBUIÇÕES:**

4.1 – A Contratada deverá disponibilizar o efetivo mínimo discriminado na tabela seguir:

ITEM	CATEGORIA	QUANTITATIVO
01	Encarregado Geral (CBO - 7301-05)	01





02	Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnica (CBO-3132-05)	02
03	Operador de Áudio e Vídeo (CBO - 3744-05)	03
04	Emendador Linha Telefônica (CBO - 7321-10)	04
TOTAL		10

#### 4.2 – Das atribuições:

4.2.1 - Descritas detalhadamente nos itens 3.1 a 3.4 do Anexo I constante do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 115/2018.

### 5 – CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE:

#### 5.1 – DA CONTRATADA:

5.1.1 - De forma a possibilitar a seleção de profissionais com excelente nível técnico para execução dos serviços, o salário pago deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL, sendo o do Encarregado Geral, equivalente ao Grupo 01 (categoria Encarregado Geral/Supervisor), o Técnico em Eletrônica ou Eletrotécnica, equivalente ao Grupo 01 (Técnico em elétrica, Técnico em eletrônica e Técnico em Geral), o do Operador de Áudio e Vídeo ao Grupo 03 (categoria Operador de Áudio e Vídeo) e o do Emendador Linha Telefônica ao Grupo 03 (categoria Emendador Linha Telefônica / Oficial Linha Telefônica).

5.1.2 - Os funcionários residentes deverão ser formalmente apresentados, devendo permanecer nas dependências desta E. Corte devidamente uniformizados e identificados através de crachá a ser fornecido pelo Contratante.

5.1.3 - A Contratada deverá designar formalmente o preposto, previsto no art. 68 da Lei 8.666, de 21 de junho 1993, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao Contrato. Os custos referentes ao preposto deverão ser considerados como custos indiretos, não sendo aceita inclusão desse custo como item separado na planilha de preços.

5.1.4 - A Contratada deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, os cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da Contratada. Não será aceito a utilização de livro de ponto.

5.1.5 - A Contratada deverá exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

5.1.6 - A Contratada deverá manter atualizada a relação nominal dos seus funcionários designados para a prestação dos serviços nas dependências do Contratante. Essa relação conterá: nome do funcionário, sua função junto ao Contrato com o Contratante, seu endereço, números de telefones de contato, incluindo os de aparelhos móveis (celulares), datas de admissão na empresa e de início de prestação dos serviços nas dependências do Contratante e qualquer alteração na sua frequência, como atestados e faltas.

5.1.7 - A Contratada deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, acordo individual escrito ou coletivo que determine a possibilidade de compensação de horários.



5.1.7.1 - Em todas as mudanças de funcionários, novos acordos deverão ser apresentados.

5.1.8 - A Contratada deverá fornecer todos os demais documentos relativos às alterações ocorridas no mês de referência como férias, contratação/dispensa de funcionários, atestados, faltas, etc.

5.1.9 - A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a cada um de seus empregados residentes, mensalmente, um talonário de vales refeição, no primeiro (1º) dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pela convenção coletiva de trabalhos dos respectivos sindicatos constantes do item 5.1.1.

5.1.10 - O pagamento dos profissionais residentes deverá ser depositado em conta corrente, preferencialmente em um dos bancos existentes na Sede do Contratante, de forma a evitar o deslocamento dos funcionários por longo período.

5.1.11 - A Contratada fornecerá os vales transporte para os funcionários, em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16/12/85, com redação dada pela Lei nº 7.619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17/11/819.

5.1.11.1 - Os vales transporte serão fornecidos em quantidade suficiente ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87).

5.1.12 - A Contratada deverá fornecer aos profissionais residentes uniformes para a realização dos serviços nas dependências do Contratante.

5.1.12.1 - Uniforme do Encarregado Geral, Técnico de Eletrônica ou Eletrotécnica e do Operador de Áudio e Vídeo deverá ser composto por: 02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras, 04 (quatro) camisas gola polo com o logo da empresa, 04 (quatro) pares de meia, 01 (um) terno completo (calça, camisa, paletó e gravata) e 01 (um) par de sapato na cor preta. Com exceção do terno, os demais itens do uniforme, nas mesmas quantidades, deverão ser fornecidos semestralmente.

5.1.12.2 - Uniforme do Emendador Linha Telefônica deverá ser composto por: 02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras, 04 (quatro) camisas gola polo com o logo da empresa, 04 (quatro) pares de meia e 01 (um) par de sapato na cor preta. Os itens do uniforme, nas mesmas quantidades, deverão ser fornecidos semestralmente.

5.1.13 - A Contratada deverá afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução dos serviços.

5.1.14 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços na sede d Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terá vínculo empregatício com o mesmo, posto que manterão contrato de trabalho com Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante a repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem com assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados a Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviço contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valc correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.





5.1.15 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

5.1.16 - A Contratada deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

5.1.17 - A Contratada deverá permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna.

5.1.18 - A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

5.1.19 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, sendo de sua inteira responsabilidade o fornecimento de equipamento de proteção individual a seus funcionários.

5.1.20 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão de obra qualificada, apta à realização dos serviços.

5.1.21 - A Contratada se responsabilizará integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

5.1.22 - A Contratada deverá dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações. A ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a contratada das responsabilidades previstas neste Contrato;

5.1.23 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.1.24 - A Contratada deverá reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, durante ou em decorrência da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

5.1.25 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.25.1 – A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços conforme modelo constante do Anexo III do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

5.1.26 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, com pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha



reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.26.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

5.1.27 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.27.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo IV do Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

5.1.28 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 5.1.24.1 e 5.1.26.1 será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

5.1.29 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

## 5.2 – DO CONTRATANTE:

5.2.1 - Expedir a ordem de serviço.

5.2.2 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

5.2.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto.

5.2.4 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

5.2.5 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

5.2.6 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

5.2.7 - Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelo empregados da Contratada.

5.2.8 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Contrato, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

5.2.9 - Indicar à Contratada as instalações sanitárias, vestiários e refeitório serem usados pelos empregados.

5.2.10 - Destinar local para instalação do Supervisor e encarregados, onde ser implantada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços.



## **6 – CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

6.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

6.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

6.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

6.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelos setores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

6.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

6.4 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

7.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

7.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado da data de assinatura do Contrato.

7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

7.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

7.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

7.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 7.1.1, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até máximo de 2% (*dois por cento*).



7.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 7.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

7.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 7.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

7.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

7.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

7.6. - Será considerada extinta a garantia:

7.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

7.6.2 - Com a extinção do Contrato.

7.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

7.7.1 – O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

7.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

7.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

7.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

7.7.2 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 7.7.1.3 e 7.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

7.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

### **8.1- DO PREÇO:**

8.1.1 - O valor mensal unitário dos prestadores de serviços é:

#### **A) ITEM 01 – ENCARREGADO GERAL:**

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: ENCARREGADO GERAL		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	



C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Base de cálculo p/ apuração valor hora em dobro	
F	Hora em dobro (trabalho em feriado)	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
<b>Módulo 02 – Benefícios mensais e diários</b>		
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação/refeição ou cesta básica	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
<b>Módulo 03 – Insumos Diversos</b>		
<b>Insumos Diversos</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Seguro de Vida	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		
<b>Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		
<b>Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	INSS	20,00
B	SESI ou SESC	1,50
C	SENAI ou SENAC	1,00
D	INCRA	0,20
E	Salário-educação	2,50
F	FGTS	8,00
G	Seguro acidente do trabalho	2,00
H	SEBRAE	0,60
TOTAL		35,80
<b>Submódulo 4.2 – 13º Salário</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	13º Salário	9,09
B	Adicional de Férias	3,03
Subtotal		12,12
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34
TOTAL		16,46



Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,0107	
TOTAL		0,04	
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,696	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL		7,46	
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,160	
TOTAL		15,78	
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,46	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	





E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
Total dos tributos		14,25	
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – ENCARREGADO GERAL			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

**B) ITEM 02 – OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO:**

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Base de cálculo p/ apuração valor hora em dobro	
F	Hora em dobro (trabalho em feriado)	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação/refeição ou cesta básica	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR (R\$)



A	Uniformes		
B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)		
C	EPI		
D	Seguro de Vida		
<b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS</b>			
<b>Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário-educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00	
H	SEBRAE	0,60	
<b>TOTAL</b>		<b>35,80</b>	
<b>Submódulo 4.2 – 13º Salário</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal		12,12	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	<b>4,34</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>16,46</b>	
<b>Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	<b>0,0107</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>0,04</b>	
<b>Submódulo 4.4 – Rescisão</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	<b>0,696</b>	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
<b>TOTAL</b>		<b>7,46</b>	
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	



D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	<b>4,160</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>15,78</b>	
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,46	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54</b>	
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
<b>Total dos tributos</b>		<b>14,25</b>	
<b>TOTAL</b>			
<b>TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO</b>			
<b>Descrição</b>			<b>PREÇO (R\$)</b>
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>			

**C) ITEM 03 – TÉCNICO EM ELETRÔNICA OU ELETROTÉCNICA:**



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: TÉCNICO EM ELETRÔNICA OU ELETROTÉCNICA			
Composição da Remuneração			Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Base de cálculo p/ apuração valor hora em dobro		
F	Hora em dobro (trabalho em feriado)		
G	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação/refeição ou cesta básica		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)		
C	EPI		
D	Seguro de Vida		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário-educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL		35,80	
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR (R\$)



A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal		12,12	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	<b>4,34</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>16,46</b>	
<b>Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	<b>0,0107</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>0,04</b>	
<b>Submódulo 4.4 – Rescisão</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	<b>0,696</b>	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
<b>TOTAL</b>		<b>7,46</b>	
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	<b>4,160</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>15,78</b>	
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,46	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54</b>	
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			



Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
Total dos tributos		14,25	
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – TÉCNICO EM ELETRÔNICA OU ELETROTÉCNICA			
Descrição		PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

**D) ITEM 04 – EMENDADOR LINHA TELEFÔNICA:**

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: EMENDADOR LINHA TELEFÔNICA		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Base de cálculo p/ apuração valor hora em dobro	
F	Hora em dobro (trabalho em feriado)	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação/refeição ou cesta básica	
C	Assistência médica e familiar	





D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
<b>TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>		
<b>Módulo 03 – Insumos Diversos</b>		
<b>Insumos Diversos</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)	
C	EPI	
D	Seguro de Vida	
<b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS</b>		
<b>Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		
<b>Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	INSS	20,00
B	SESI ou SESC	1,50
C	SENAI ou SENAC	1,00
D	INCRA	0,20
E	Salário-educação	2,50
F	FGTS	8,00
G	Seguro acidente do trabalho	2,00
H	SEBRAE	0,60
<b>TOTAL</b>		<b>35,80</b>
<b>Submódulo 4.2 – 13º Salário</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	13º Salário	9,09
B	Adicional de Férias	3,03
Subtotal		12,12
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	<b>4,34</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16,46</b>
<b>Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	Afastamento maternidade	0,03
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	<b>0,0107</b>
<b>TOTAL</b>		<b>0,04</b>
<b>Submódulo 4.4 – Rescisão</b>		<b>% VALOR (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado	0,42
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001
D	Aviso prévio trabalhado	1,94
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	<b>0,696</b>
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36



<b>TOTAL</b>		7,46	
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	<b>4,160</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>15,78</b>	
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,46	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54</b>	
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>		%	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
<b>Total dos tributos</b>		<b>14,25</b>	
<b>TOTAL</b>			
<b>TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – EMENDADOR LINHA TELEFÔNICA</b>			
<b>Descrição</b>			<b>PREÇO (R\$)</b>
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			



Subtotal (I + II + III + IV)	
V – Custos indiretos, tributos e lucro	
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	

(OBS.: Código SIASG 1597)

8.1.2 - O valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva referentes aos equipamentos descritos na Cláusula Segunda deste Contrato é:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
01	Equipamentos discriminados na Cláusula Segunda deste Contrato	01	
<b>VALOR TOTAL MENSAL DO SUBITEM 8.1.2</b>			

(OBS.: Código SIASG 1597)

8.1.3 – O valor da hora extra para cada categoria profissional é:

CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50%	100%
ENCARREGADO GERAL		
TÉCNICO EM ELETRÔNICA OU ELETROTÉCNICA		
OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO		
EMENDADOR LINHA TELEFÔNICA		

8.1.4 - O valor MENSAL TOTAL ESTIMADO deste Contrato (Total do Subitem 8.1.1 + Total do Subitem 8.1.2) é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

8.1.5 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

8.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licença, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

8.1.7 – Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra, constante do subitem 8.1.1 deste Contrato.

## 8.2 - DA REPACTUAÇÃO:

8.2.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado interregno mínimo de 12 (*doze*) meses.

8.2.1.1 - O interregno mínimo de 12 (*doze*) meses será contado:

8.2.1.1.1 - No tocante aos preços da mão de obra, a partir da data d Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da dat limite para apresentação da proposta.

a) Quando a contratação envolver mais de uma categori profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá se dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenção



coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Se não houver convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços;

c) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

8.2.1.1.2 - No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

a) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar.

b) Quanto aos preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

c) No que se refere a preços de insumos, materiais e equipamentos, serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (*doze*) meses previsto no subitem 8.2.1.1.2.

d) Quando o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses previsto subitem anterior não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

8.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e deverão vir acompanhados das peças elencadas a seguir:

8.2.2.1 - no caso das repactuações:

8.2.2.1.1 - documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

8.2.2.1.2 - novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

8.2.2.1.3 - demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

8.2.2.1.4 - documentos que comprovem que a Contratada já arca com o custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

8.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação da Contratante.



8.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

8.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

8.2.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme estabelecido no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto neste Contrato;

8.2.5.2 - No caso da repactuação, a partir da implementação do direito da Contratada, tendo por referência a data de apresentação data limite da apresentação proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme definido no Edital e no Contrato.

8.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (*doze*) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

8.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

### 8.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal discriminativo dos serviços e dos relatórios mensais constantes dos subitens 3.1.1 e 3.1.2.2 deste Contrato, devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato (NUREF, SECTEL, EMARF e ACOI), em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

8.3.2 – Para fins do disposto no subitem 8.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

8.3.3 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na **Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar - Centro, Rio de Janeiro**, no horário das 12:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, acompanhado dos documentos abaixo, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail [scon@trf2.jus.br](mailto:scon@trf2.jus.br).

8.3.3.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, rubricada por seu Representante Legal;

8.3.3.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocado à disposição do Contratante;



8.3.3.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

8.3.3.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

8.3.3.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

8.3.3.5.1- A comprovação da entrega de vale transporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do Contrato, contendo o valor do vale transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.

8.3.3.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

8.3.3.6.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação se dará com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os funcionários da contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do auxílio alimentação, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.

8.3.3.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

8.3.3.8 - Relatórios mensais, de acordo com o disposto nos subitens 3.1.1 e 3.1.2.2 deste Contrato;

8.3.3.9 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês **comercial**, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

8.3.3.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

8.3.3.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrat do trabalhador.

8.3.4 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal Contratado, a faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo da demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

8.3.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 8.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.





8.3.6 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

8.3.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

8.3.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 8.3.8, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8.3.8 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

8.3.8.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

8.3.9 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.3.9.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

8.3.9.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

8.3.9.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

8.3.10 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se de condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8.3.10.1 - A Contratada optante pelo Simples Nacional, que porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura d



Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8.3.10.2 - Caso a Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio **Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2**, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8.3.10.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

#### 8.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.4.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

8.4.1.1 - Férias;

8.4.1.2 - 1/3 constitucional;

8.4.1.3 - 13º Salário;

8.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

8.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

8.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG RAT	Mínimo 34,30% 0,50%	Máximo 39,80% 6,00%	Mínimo 28,50% 0,50%	Máximo 34,00% 6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
<b>Subtotal</b>	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
<b>Total a contingenciar</b>				



**Obs.: (\*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;**

**(\*\*) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções CNJ nº 183/2013 e nº 248/2018.**

8.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 8.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.4 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

8.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

8.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.4.8 - A Contratada poderá:

8.4.8.1 - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - o valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciária contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 8.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados na dependências do Contratante, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;



b) no caso de termo de rescisão do contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado, quando exigível, pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.8.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016-CJF, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.8.3 - Nas hipóteses no subitem 8.4.8.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

8.4.9 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJF, planilha com os valores a serem resgatados o movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - na proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

8.4.10 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante



dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.11 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 8.4.8.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

8.4.12 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

## **9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, condicionada à aprovação do mesmo, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	3.3.90.37.06	107.765	

9.2 - Na parcela referente ao exercício de 2019, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:**

10.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral deste Contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 10.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 10.1.2 – fraudar a execução do contrato;
- 10.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 10.1.5 – fazer declaração falsa.

10.2. – Para os fins do item 10.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

10.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução deste Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definida nos subitens “10.4”, “10.5”, “10.7” desta Cláusula e nas tabelas 01 e 02 da Cláusula Décima Primeira, com as seguintes penalidades:

10.3.1 – advertência;

10.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;



10.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

10.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

10.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor deste Contrato.

10.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor deste Contrato.

10.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

10.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 07 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

10.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

10.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “10.6.1” e “10.6.2” acima, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste Contrato.

10.8 - O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

10.8.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida;

10.8.2 - Se os valores dos documentos fiscais e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

10.8.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

10.8.4 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

10.9 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

10.10 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:**

11.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas nest Cláusula, à qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 - O não atendimento do Acordo de Nível de Serviço (ANS) e a consequent redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas nest Contrato.





11.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

TABELA 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,5% dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,0% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,5% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,0% dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2	
GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS MÍNIMOS PARA APLICAÇÃO DA INFRAÇÃO
1	6 (a cada 06 ocorrências durante a vigência contratual)
2	10 (a cada 05 ocorrências durante a vigência contratual)
3	12 (a cada 04 ocorrências durante a vigência contratual)
4	12 (a cada 03 ocorrências durante a vigência contratual)
5	10 (a cada 02 ocorrências durante a vigência contratual)

TABELA 3			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços	3	Por empregado e por dia
02	Executar serviço incompleto, paliativo, substantivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	2	Por ocorrência
03	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material fora das especificações contratadas;	2	Por ocorrência
04	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	5	Por tarefa designada
05	Recusar-se a executar serviço constante do termo contratual, sem motivo justificado e acatado pelo Contratante;	5	Por ocorrência
06	Retirar do E.Tribunal e das Unidades sob sua gestão, quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do responsável;	1	Por item e por ocorrência
07	Retirar funcionários ou encarregado em serviço no E.Tribunal e nas Unidades sob sua gestão, durante o expediente, sem anuência prévia do Contratante;	4	Por empregado e por ocorrência
08	Deixar de enviar substituto, com a mesma qualificação do funcionário ausente, dentro do prazo de até 02 horas estipulado no contrato;	1	Por funcionário e por dia
09	Deixar de entregar esclarecimentos formais solicitados para	1	Por ocorrência



	sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante análise de documentação;		
--	---	--	--

#### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO:**

12.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste Termo e na Lei nº 8.666/93.

12.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.3 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

13.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 115/2018 e seus Anexos I a VIII;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/\_\_, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2018/\_\_\_\_).

13.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

#### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

14.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

14.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir qualidade desejada dos serviços;

14.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes do serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

14.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

14.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

14.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, n prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitação:



14.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

14.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

14.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

14.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

14.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

14.5 -A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

14.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;
- b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;
- c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização.

14.5.2 – Até 15 (quinze) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

14.5.3 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópia autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;



- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

#### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

15.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

15.2 - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

15.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

15.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

15.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima do presente Contrato.

15.6 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

15.7 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada ser vantajosa a manutenção do Contrato.

15.8 - Após o prazo de vigência inicial, este Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

15.8.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

15.8.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 0 (três) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

15.8.3 - O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

15.8.4 - o valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para Contratante;

15.8.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

15.9 - A vantajosidade econômica para a prorrogação deste Contrato, mencionada no subitem 15.8.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:



15.9.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

15.9.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

15.10 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

#### **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

16.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

16.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

#### **17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nos 9.069 de 29/06/95 e 10.192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Décima e Décima Primeira do Contrato dos valores devidos pelos serviços prestados.

#### **18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.



**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

**20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,                      de                      de 2.018.

---

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Presidente

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)

